

## A estratégia de desenvolvimento sustentável das pequenas e médias Empresas em Moçambique: desafios e oportunidades no pós-Conflito

Nélío Idio Victor Pereira \*

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0003-2214-3424>

### RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão aprofundada sobre o papel estratégico das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no contexto do desenvolvimento econômico sustentável em Moçambique, particularmente no cenário pós-conflito que marca a província de Cabo Delgado e outras regiões afetadas pela instabilidade social e militar. As PMEs, enquanto motor da economia nacional, assumem especial relevância nas dinâmicas de recuperação e reconstrução de comunidades economicamente fragilizadas. A partir de uma abordagem bibliográfica e qualitativa, sustentada em dados de instituições nacionais e internacionais, analisa-se os obstáculos enfrentados por estas empresas — como o fraco acesso ao crédito, a ausência de políticas públicas coordenadas e a vulnerabilidade à violência. Simultaneamente, explora-se as potencialidades de crescimento das PMEs num ambiente econômico mais inclusivo, resiliente e com políticas integradas de segurança e desenvolvimento. O artigo culmina com propostas estratégicas que combinam inovação, financiamento, parcerias público-privadas e capacitação empresarial, como vias para a construção de um ecossistema empresarial sustentável.

### PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento sustentável; Pequenas e Médias Empresas; Estratégia empresarial; Moçambique; Pós-conflito.

## The sustainable development strategy of small and medium enterprises in Mozambique: challenges and opportunities in the post-conflict

### ABSTRACT

This article offers an in-depth reflection on the strategic role of Small and Medium Enterprises (SMEs) in the context of sustainable economic development in Mozambique, especially in the post-conflict scenario that characterizes Cabo Delgado province and other regions affected by social and military instability. SMEs, as a key driver of the national economy, are particularly relevant in the recovery and reconstruction dynamics of economically weakened communities. Based on a bibliographic and qualitative approach, supported by data from national and international institutions, this study analyzes the obstacles faced by these enterprises—such as limited access to credit, lack of coordinated public policies, and vulnerability to violence. At the same time, it explores the growth potential of SMEs in a more inclusive and resilient economic environment with integrated policies on security and development. The article concludes with strategic proposals that combine innovation, financing, public-private partnerships, and business training as pathways for building a sustainable business ecosystem.

### KEYWORDS

Sustainable development; Small and Medium Enterprises; Business strategy; Mozambique; Post-conflict.

\* Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Educação e Comunicação, E-mail: [neliodiov.pereira@gmail.com](mailto:neliodiov.pereira@gmail.com)

## Mkakati wa maendeleo endelevu kwa biashara ndogo na za kati nchini Msumbiji: changamoto na fursa katika kipindi cha baada ya vita

### MUHTASARI

Makala haya yanapendekeza tafakari ya kina kuhusu nafasi ya kimkakati ya Biashara Ndogo na za Kati (SMEs) katika muktadha wa maendeleo endelevu ya kiuchumi nchini Msumbiji, hasa katika hali ya baada ya vita ambayo inaashiria jimbo la Cabo Delgado na maeneo mengine yaliyoathiriwa na ukosefu wa utulivu wa kijamii na kijeshi. SMEs, kama nguvu ya kuendesha uchumi wa taifa, huchukua umuhimu maalum katika mienendo ya ufufuaji na ujenzi wa jamii dhaifu kiuchumi. Kwa kutumia mkabala wa kibiblia na ubora, unaoungwa mkono na data kutoka kwa taasisi za kitaifa na kimataifa, vikwazo vinavyokabili kampuni hizi vinachambuliwa - kama vile upatikanaji duni wa mikopo, kutokuwepo kwa sera zilizoratibiwa za umma na uwezekano wa kuathiriwa na vurugu. Wakati huo huo, uwezo wa ukuaji wa SMEs unachunguzwa katika mazingira jumuishi zaidi ya kiuchumi yenye uthabiti na sera jumuishi za usalama na maendeleo. Makala yanahitimishwa na mapendekezo ya kimkakati ambayo yanachanganya uvumbuzi, ufadibili, ushirikiano wa sekta ya umma na binafsi na mafunzo ya biashara kama njia za kujenga mfumo endelevu wa biashara.

### MANENO MUHIMU

Maendeleo endelevu; Biashara ndogo na za kati; Mkakati wa biashara; Msumbiji; Baada ya mzozo.

### Introdução

O debate em torno do desenvolvimento sustentável tem ganhado destaque nas agendas políticas, académicas e empresariais em todo o mundo. Em países em desenvolvimento, como Moçambique, este debate adquire contornos particularmente complexos, dada a coexistência de desafios estruturais — como a pobreza, o desemprego e a informalidade — com oportunidades emergentes impulsionadas por recursos naturais abundantes, juventude demográfica e iniciativas de cooperação internacional. Neste contexto, as Pequenas e Médias Empresas (mais adiante, PMEs) emergem como atores centrais não apenas para o crescimento econômico, mas também como pilares fundamentais da inclusão social, inovação e resiliência territorial, especialmente em cenários de instabilidade e reconstrução pós-conflito.

Moçambique vive, desde 2017, uma crise humanitária e securitária aguda na província de Cabo Delgado, provocada por ações de grupos armados de orientação extremista. Esta realidade alterou profundamente o cenário econômico regional e nacional, afetando cadeias de valor, limitando investimentos e forçando o deslocamento de mais de 1 milhão de pessoas (ACNUR, 2023). Em simultâneo, a pandemia da COVID-19 agravou ainda mais as fragilidades estruturais do país, atingindo de forma desproporcional as PMEs, que, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022), representam mais de 98% do total de empresas formais, empregando cerca de 60% da força de trabalho no setor privado.

Diante deste panorama, torna-se imperativo repensar as estratégias de desenvolvimento econômico com enfoque nas PMEs, colocando-as no centro das políticas de reconstrução e estabilização pós-conflito. A reconstrução de Cabo Delgado, por exemplo, exige mais do que intervenções militares e humanitárias. Exige a criação de um ambiente empresarial favorável, capaz de fomentar a autonomia produtiva das comunidades locais e promover um crescimento econômico sustentável, inclusivo e resiliente. Nesse sentido, é necessário compreender quais são os principais desafios que impedem o florescimento das PMEs em zonas afetadas por conflitos, ao mesmo tempo em que se identificam oportunidades para o seu fortalecimento estratégico a médio e longo prazo.

Com efeito, o presente artigo propõe-se a realizar uma análise profunda sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável das PMEs moçambicanas em contextos de instabilidade e reconstrução, com foco no período pós-conflito em Cabo Delgado. A abordagem parte da premissa de que o crescimento sustentável das PMEs depende não apenas de fatores internos — como gestão, inovação e acesso a mercados —, mas sobretudo de variáveis externas, tais como políticas públicas integradas, segurança institucional, acesso ao crédito e existência de infraestruturas básicas.

Com base nesta premissa, este estudo procura responder à seguinte questão de investigação central: Como as Pequenas e Médias Empresas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável de Moçambique em contextos de reconstrução pós-conflito, à luz dos desafios e oportunidades existentes? A relevância do tema justifica-se pela centralidade das PMEs na economia moçambicana e pela urgência de soluções sustentáveis e duradouras para regiões marcadas pela violência, desigualdade e exclusão. Mais do que apontar carências, este estudo pretende destacar caminhos de reconstrução econômica fundamentados em práticas empresariais inclusivas, sustentáveis e sensíveis ao contexto local.

A estrutura do artigo comprehende seis secções, sendo esta Introdução a primeira. A segunda secção apresenta os fundamentos teóricos e conceptuais, fornecendo uma revisão bibliográfica detalhada sobre desenvolvimento sustentável, PMEs e reconstrução pós-conflito. A terceira secção expõe os materiais e métodos utilizados. A quarta secção analisa os resultados com base nas evidências recolhidas. A quinta traz as considerações finais e propostas estratégicas. A sexta e última secção apresenta as referências bibliográficas que sustentam o trabalho.

Com este enquadramento, pretende-se oferecer um contributo académico e prático para a construção de políticas mais eficazes de apoio às PMEs em Moçambique, com ênfase na reconstrução das zonas afetadas por conflitos, contribuindo para a edificação de um futuro mais justo, próspero e pacífico.

## **2. Abordagem sobre as PMEs**

Nesta secção, estabeleceu-se os fundamentos teóricos e empíricos que sustentam a análise das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no contexto de desenvolvimento sustentável em Moçambique, particularmente, em regiões de reconstrução pós-conflito. O debate foi desenvolvido em torno de quatro eixos principais: (1) o conceito e o papel das PMEs na economia; (2) os princípios do desenvolvimento sustentável; (3) as relações entre conflito, reconstrução e economia; e (4) a integração entre sustentabilidade, PMEs e o cenário pós-conflito.

### **2.1. Definição e Papel das PMEs na Economia**

As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) são uma das formas mais dinâmicas de organização produtiva e desempenham um papel essencial na geração de emprego, criação de renda, diversificação da base produtiva e estímulo à inovação. A definição de PMEs, no entanto, pode variar conforme o contexto econômico e legal de cada país. Em Moçambique, segundo o Decreto n.º 44/2011, de 21 de Julho, as PMEs são classificadas com base em critérios de volume de negócios anual e número de trabalhadores, dividindo-se em micro, pequenas e médias empresas.

De acordo com o INE (2022), as PMEs representam aproximadamente 98,7% das empresas formais registadas em Moçambique, sendo responsáveis por mais de 60% dos empregos no setor privado, o que revela a sua importância no tecido econômico e social do país. Ainda que muitas operem no sector informal ou semi-formal, a sua presença é estrutural nas cadeias produtivas locais e nos serviços de base.

Segundo Tambunan (2008), o papel das PMEs vai além da dimensão quantitativa. Elas também oferecem maior flexibilidade, capacidade de adaptação ao contexto local e elevado potencial de absorção de mão de obra pouco qualificada — característica crucial em países de baixa renda. Já Schaper (2002) salienta que as PMEs tendem a ser mais inovadoras e sensíveis às transformações do mercado, ainda que enfrentem mais restrições financeiras e institucionais.

Em contextos frágeis ou em recuperação, como o norte de Moçambique, as PMEs possuem um papel duplo: enquanto agentes de dinamização econômica e como instrumentos de inclusão e pacificação social. Como sublinha Naudé (2010), em países marcados por conflitos armados ou instabilidade prolongada, o fortalecimento das PMEs pode reduzir a dependência do Estado e criar mecanismos de coesão comunitária e segurança econômica.

**Com base nestas definições, entende-se que** as PMEs em Moçambique são não apenas protagonistas na economia local, mas também pontes vitais entre políticas públicas e desenvolvimento de base, sobretudo em zonas vulneráveis ou afetadas por instabilidade. O seu fortalecimento é, assim, condição sine qua non para qualquer estratégia de desenvolvimento nacional inclusiva e resiliente.

## **2.2. Desenvolvimento Sustentável: Conceitos e Princípios**

O conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se central nas políticas públicas globais após a publicação do Relatório Brundtland (1987), que definiu o termo como aquele “que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.” Este paradigma propõe um modelo de crescimento econômico que incorpora simultaneamente três dimensões interdependentes: a econômica, a social e a ambiental.

Segundo Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável exige um sistema produtivo que respeite os limites ecológicos, promova equidade social e ofereça condições estáveis de crescimento econômico. Em países como Moçambique, onde as desigualdades são acentuadas e o acesso aos recursos básicos ainda é limitado, o desafio é integrar esses três pilares de forma equilibrada, sem que um pilar se sobreponha ou invabilize os demais.

As metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU, 2015) incluem objetivos diretamente ligados ao fortalecimento das PMEs, tais como: o ODS 8 (Trabalho digno e crescimento econômico), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes). Estes objetivos são fundamentais para países que enfrentam situações de reconstrução pós-conflito, pois sinalizam um caminho de desenvolvimento mais inclusivo, equitativo e pacífico.

Barbier (1987) reforça que o desenvolvimento sustentável não deve ser interpretado como um “crescimento verde” exclusivo, mas sim como um modelo que harmoniza produtividade, inclusão e sustentabilidade ecológica. Assim, o crescimento das PMEs

precisa considerar os impactos ambientais da sua atividade, o respeito pelos direitos laborais e a contribuição social para as comunidades onde operam.

Diante do acima exposto, pode-se compreender que o desenvolvimento sustentável das PMEs não se restringe ao seu desempenho econômico, mas à sua capacidade de gerar impacto positivo duradouro em múltiplas esferas — contribuindo para a paz, justiça social, equidade territorial e regeneração ambiental.

### **2.3. Conflito, Reconstrução e Desenvolvimento Econômico**

Os conflitos armados afetam de maneira direta as estruturas econômicas, sociais e institucionais dos países, especialmente quando ocorrem em regiões com baixa resiliência e limitada capacidade de resposta do Estado. Em Moçambique, a violência armada na província de Cabo Delgado comprometeu seriamente o ambiente de negócios, destruiu infraestruturas críticas, desorganizou cadeias de abastecimento e provocou o colapso de centenas de PMEs locais.

Segundo Collier (2003), o subdesenvolvimento e os conflitos armados formam um ciclo vicioso em que a pobreza alimenta a violência e esta, por sua vez, agrava a miséria. O autor defende que, em contextos de pós-guerra ou crise armada, as políticas de reconstrução devem privilegiar o investimento em capital social e institucional, bem como a restauração das redes produtivas locais.

A reconstrução econômica requer, segundo Barakat (2005), não apenas financiamento, mas também um entendimento profundo do contexto histórico, social e político em que as empresas operam. Em zonas como Cabo Delgado, onde o conflito tem raízes múltiplas — incluindo fatores religiosos, identitários e econômicos —, a promoção das PMEs deve ser acompanhada de políticas de inclusão, reconciliação e reconstrução do pacto social.

Por sua vez, autores como Justino (2016) e Stewart (2002) defendem a centralidade da economia local e das microempresas em processos de “peacebuilding econômico”, dado o seu potencial de reativar o comércio comunitário, gerar emprego para ex-combatentes e deslocados, e restaurar a confiança nas instituições locais.

Em razão disso, entende-se que o investimento nas PMEs não pode ser apenas um instrumento de retoma econômica, mas uma verdadeira estratégia de pacificação sustentável, capaz de prevenir novos conflitos através da geração de oportunidades, justiça distributiva e reconstrução das condições de dignidade.

### **2.4. A Interseção entre PMEs, Sustentabilidade e Pós-Conflito**

A interligação entre desenvolvimento sustentável, PMEs e contexto pós-conflito constitui um campo de estudo ainda pouco explorado nos países africanos, mas de extrema relevância para Moçambique. A ausência de políticas coerentes para esse segmento, combinada com o fraco acesso a recursos e o desequilíbrio regional, limita as possibilidades de reconstrução eficaz.

Segundo a OCDE (2018), as PMEs em países pós-conflito precisam de suporte específico que vá além das soluções convencionais de financiamento, incluindo medidas de mitigação de risco, capacitação técnica e políticas de formalização progressiva. Em Moçambique, iniciativas como a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) e o Fundo de Apoio ao Empreendedorismo Juvenil têm sido importantes, mas ainda carecem de maior capilaridade e alinhamento com os desafios reais enfrentados pelas PMEs locais.

Estudos realizados pelo PNUD (2022) apontam que o fortalecimento das PMEs no pós-conflito requer: (i) segurança e estabilidade jurídica; (ii) reabilitação das infraestruturas básicas; (iii) incentivos fiscais e regulatórios; (iv) estímulo à inovação e digitalização; e (v) redes de cooperação empresarial com enfoque territorial.

Com base neste entendimento, entende-se que é necessário construir uma abordagem integrada que posicione as PMEs como protagonistas da recuperação econômica, combinando políticas públicas orientadas à sustentabilidade com estratégias empresariais inovadoras e socialmente comprometidas.

### **3. Materiais e Métodos**

A metodologia adoptada neste estudo fundamenta-se numa abordagem qualitativa, descritiva e analítica, com ênfase na análise documental e revisão bibliográfica. O objetivo é captar uma compreensão profunda e contextualizada sobre as dinâmicas que envolvem as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) em Moçambique no contexto pós-conflito, particularmente em Cabo Delgado. Esta abordagem permitiu a triangulação de fontes académicas, relatórios institucionais e dados empíricos disponíveis.

#### **3.1 Tipo e Abordagem da Pesquisa**

A pesquisa é de natureza qualitativa, orientada por um paradigma interpretativo. A escolha por esta abordagem justifica-se pela necessidade de compreender os significados sociais, institucionais e econômicos atribuídos às estratégias de desenvolvimento das PMEs, num cenário de reconstrução social e econômica.

### **3.2 Procedimentos Metodológicos**

Foram analisados dados secundários obtidos a partir de:

1. Relatórios do Instituto Nacional de Estatística (INE);
2. Documentos estratégicos do Governo de Moçambique, como o Plano Quinquenal do Governo e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável;
3. Estudos de organismos internacionais (PNUD, Banco Mundial, OCDE, SADC);
4. Artigos científicos indexados em bases como Scopus, Google Scholar e JSTOR.

A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, permitindo categorizar e interpretar as informações com base nas seguintes dimensões: políticas públicas, estratégias empresariais, segurança e desenvolvimento, e impacto das PMEs na coesão social.

### **3.3 Delimitação Espacial e Temporal**

A análise centra-se na província de Cabo Delgado, abrangendo o período de 2017 a 2024, coincidindo com a eclosão, agravamento e relativa estabilização do conflito armado na região. Contudo, os dados nacionais são utilizados como base comparativa.



### **3.4 Limitações da Pesquisa**

As principais limitações incluem:

1. A escassez de dados atualizados sobre o número real de PMEs afetadas pelo conflito;
2. Dificuldade de acesso a estudos de caso locais devido à insegurança regional;
3. Possível viés interpretativo em algumas fontes institucionais.

Essas limitações não comprometem a validade do estudo, mas reforçam a necessidade de mais investigações de campo futuras.

## **4. Análise e Discussão dos Resultados**

Nesta secção, apresentam-se os principais resultados obtidos e a sua interpretação à luz do referencial teórico previamente discutido.

### **4.1 Perfil das PMEs em Cabo Delgado**

Os dados do INE (2022) indicam que, antes da eclosão do conflito, Cabo Delgado possuía cerca de 12.000 PMEs registadas, das quais mais de 60% operavam no sector informal. Os sectores mais representados eram o comércio, a agricultura de pequena

## Nélio Idio Victor Pereira A estratégia de desenvolvimento sustentável das pequenas e médias

escala, a pesca artesanal e serviços diversos (transporte, alojamento, restauração). O conflito desestruturou grande parte destas atividades, provocando o encerramento de unidades produtivas, perda de capital, deslocamento forçado de empreendedores e trabalhadores.

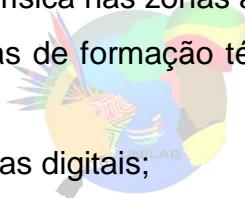
### 4.2 Impactos Econômicos e Sociais do Conflito

Os efeitos do conflito ultrapassam a esfera econômica, provocando desestruturação comunitária, aumento da pobreza, desemprego juvenil e perda de coesão social. Mais de 1 milhão de pessoas foram deslocadas, muitas das quais dependiam direta ou indiretamente de micro e pequenas empresas para sua subsistência (ACNUR, 2023).

### 4.3 Barreiras ao Desenvolvimento Sustentável das PMEs

Com base na análise documental, foram identificadas as seguintes barreiras estruturais:

1. Fraco acesso ao crédito e financiamento acessível;
2. Insegurança jurídica e física nas zonas afetadas;
3. Ausência de programas de formação técnica e empresarial orientados para contextos de crise;
4. Baixo uso de tecnologias digitais;
5. Fragilidade institucional na implementação de políticas públicas de apoio às PMEs.



### 4.4 Estratégias Emergentes e Boas Práticas

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas no contexto pós-conflito moçambicano, têm sido identificadas iniciativas promissoras que demonstram a capacidade de resiliência e adaptação sustentável dos empreendedores locais. Entre essas boas práticas, destacam-se:

1. Criação de cooperativas locais com apoio de ONGs, como instrumento de fortalecimento comunitário e dinamização das economias locais, com foco na agricultura, pescas e artesanato (UNDP, 2023);
2. Programas de microcrédito promovidos por instituições como o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) e o Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE), que ampliam o acesso ao financiamento para pequenos empreendedores (FARE, 2021);

3. Formação em gestão de negócios e empoderamento feminino, com ações lideradas por agências internacionais como a UN Women e a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), que têm oferecido capacitação e suporte técnico às mulheres empresárias em áreas vulneráveis (UN Women, 2022; ADIN, 2023);

4. Incentivos fiscais e benefícios legais concedidos pelo governo para atrair empresas às zonas economicamente deprimidas, como parte da estratégia de reconstrução inclusiva e sustentável (MIREME, 2022).

Essas experiências demonstram que, mesmo em contextos adversos, é possível desenvolver estratégias sustentáveis que promovam o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental.

## 5. Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite concluir que o fortalecimento das pequenas e médias empresas (PMEs) constitui um vetor estratégico essencial para a reconstrução econômica e social de Moçambique, sobretudo nas regiões afetadas por conflitos armados, como Cabo Delgado. A vulnerabilidade das empresas locais nestas zonas não é apenas um reflexo das perdas materiais ou da insegurança persistente, mas também do frágil tecido institucional, da ausência de mecanismos de apoio consistentes e da falta de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento territorial integrado (Hanlon, 2021; UNDP, 2023).

As PMEs desempenham um papel multifacetado: são fonte de emprego, promovem inovação local, dinamizam mercados internos e fortalecem a coesão social. No contexto de Moçambique, essas empresas representam mais de 98% do universo empresarial e são responsáveis por uma significativa parcela do emprego urbano e rural (INE, 2022). Porém, enfrentam desafios estruturais como o acesso limitado ao crédito, baixa capacitação técnica, informalidade e a fraca resiliência a choques externos, como crises econômicas e conflitos armados (World Bank, 2020; UNIDO, 2021).

A reconstrução econômica no pós-conflito exige uma abordagem abrangente e territorial, colocando as pequenas e médias empresas (PMEs) no núcleo das políticas públicas. A experiência internacional, como demonstram casos de países como Ruanda e Serra Leoa, mostra que estratégias focadas na promoção do empreendedorismo local e na criação de ecossistemas propícios à inovação geram impactos positivos duradouros na recuperação social e econômica (AfDB, 2022; EU, 2022). Contudo, esse processo demanda

Nélio Idio Victor Pereira A estratégia de desenvolvimento sustentável das pequenas e médias

um pacto institucional sólido entre o Estado, o setor privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento, visando assegurar segurança, acesso a financiamentos, apoio técnico e um ambiente regulatório que seja estável e transparente.

Além disso, é fundamental integrar grupos vulneráveis — como jovens, mulheres e deslocados internos — nas cadeias de valor produtivo, contribuindo para a inclusão social e a paz sustentável. Sem medidas que promovam a equidade no acesso às oportunidades econômicas, os esforços de reconstrução correm o risco de aprofundar desigualdades e gerar novos ciclos de exclusão (UN Women, 2022; FARE, 2021).

Recomenda-se, portanto:

1. Criar um programa nacional específico para PMEs em zonas de conflito, com linhas de financiamento, apoio técnico e incentivos fiscais;
2. Fortalecer os mecanismos de coordenação entre instituições públicas, privadas e a sociedade civil;
3. Garantir segurança territorial para empreendedores e consumidores;
4. Promover políticas de formalização e inovação tecnológica para PMEs informais;
5. Reforçar a inclusão de grupos vulneráveis (jovens, mulheres, deslocados) nas cadeias produtivas locais.



Em suma, a sustentabilidade do desenvolvimento econômico de Moçambique passa, inevitavelmente, pelo fortalecimento das suas PMEs. O sucesso desta estratégia dependerá da capacidade coletiva de transformar o pós-conflito em uma oportunidade de reconstrução produtiva, resiliente, inclusiva e duradoura.

## Referências Bibliográficas

- ACNUR. (2023). **Relatório sobre Deslocamentos Internos em Moçambique**. Genebra: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.
- Barakat, S. (2005). **After the Conflict: Reconstruction and Development in the Aftermath of War**. London: I.B. Tauris.
- Barbier, E. (1987). The Concept of Sustainable Economic Development. **Environmental Conservation**, 14(2), 101-110. Recuperado de <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1367/1063>
- Collier, P. (2003). **Breaking the conflict trap**: civil war and development policy. Washington, D.C.: The World Bank.

Nélio Idio Victor Pereira A estratégia de desenvolvimento sustentável das pequenas e médias

INE. (2022). **Relatório Estatístico sobre as Micro, Pequenas e Médias Empresas em Moçambique.** Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Justino, P. (2016). **The Private Sector and Peacebuilding:** The Role of SMEs. IDS Working Paper 479. Brighton: Institute of Development Studies.

African Development Bank (AfDB). (2022). **Private sector development strategy for fragile states.** Abidjan: AfDB.

EU. (2022). **Support to Mozambique's Private Sector in Post-Conflict Recovery.** Brussels: European Union External Action.

FARE. (2021). **Relatório Anual do Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia.** Maputo: Ministério da Economia e Finanças.

Hanlon, J. (2021). Cabo Delgado and the Hidden Face of the Mozambican Conflict. **African Affairs**, vol.120, nº479, 595–618.

UNIDO. (2021). **Industrial Policy for Resilience in Africa.** Vienna: United Nations Industrial Development Organization.

World Bank. (2020). **SMEs and sustainable development in conflict-affected contexts.** Washington, DC: The World Bank Group.

Naudé, W. (2010). Promoting Entrepreneurship in Developing Countries: **Policy Challenges.** Policy Brief No. 4. Helsinki: UNU-WIDER.

OCDE. (2018). **SME and Entrepreneurship Outlook.** Paris: OECD Publishing.

ONU. (2015). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.

PNUD. (2022). **Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano.** Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Sachs, I. (2004). **Desenvolvimento:** incluindo os excluídos. Rio de Janeiro: Garamond.

Schaper, M. (2002). The Essence of Ecopreneurship. **Greener Management International**, 38, 26-30.

Stewart, F. (2002). Root causes of violent conflict in developing countries. **BMJ**, 324(7333), 342-345.

Tambunan, T. (2008). SMEs Development in Indonesia: Do Economic Growth and Government Support Matter? **International Journal of Asia-Pacific Studies**, 4(2), 111-133.

ADIN. (2023). **Relatório de Atividades da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte.** Maputo: Governo de Moçambique.

Nélio Idio Victor Pereira A estratégia de desenvolvimento sustentável das pequenas e médias

FARE. (2021). **Relatório Anual do Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia.**

Maputo: Ministério da Economia e Finanças.

MIREME. (2022). **Estratégia Nacional para a Promoção de Investimentos Sustentáveis nas Zonas Rurais.** Maputo: Ministério dos Recursos Minerais e Energia.

UNDP. (2023). **Digital innovations and community-based resilience in Mozambique.**

United Nations Development Programme.

UN Women. (2022). **Empoderamento Econômico de Mulheres em Moçambique:** Relatório de Impacto. ONU Mulheres Moçambique.

Recebido em: 23/02/2025

Aceito em: 24/06/2025



**Para citar este texto (ABNT):** PEREIRA, Nélio Idio Victor. A estratégia de desenvolvimento sustentável das pequenas e médias Empresas em Moçambique: desafios e oportunidades no pós-Conflito. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.5, nº 2, p.107-119, jul./dez. 2025.

**Para citar este texto (APA):** PEREIRA, Nélio Idio Victor. (jul./dez.2025). A estratégia de desenvolvimento sustentável das pequenas e médias Empresas em Moçambique: desafios e oportunidades no pós-Conflito. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 5 (2): 107-119.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>